

*Direitos Humanos*

LUIZ WEIS

# O humanismo e o quintal do vizinho

O presidente Fernando Henrique exerceu no sábado, em Davos, na Suíça, uma expressão a que os dirigentes da URSS recorriam, com a previsibilidade de um reflexo pavloviano, sempre que uma autoridade ocidental denunciava as violências do regime soviético. Contagiado, quem sabe, pelos ares rarefeitos da autoproclamada neutralidade suíça, FHC considerou "uma ingerência em assuntos internos de outros países" o mais recente relatório do Departamento de Estado americano sobre a situação dos direitos humanos no Brasil. Mesmo sem ter lido o documento, segundo disse, deu o assunto por encerrado com um "eu não fico falando sobre o que acontece nos Estados Unidos". (Aí faz lembrar a história daquele correspondente do *Pravda* em Washington, no auge da guerra fria, que se saía com a seguinte observação, cada vez que ouvia uma pergunta sobre a vida na União Soviética: "E os negros no Alabama?")

Difícil entender a reação do presidente. Pois, embora o Brasil se deva envergonhar, sim, do seu cadastro em matéria de violações dos direitos humanos — bem como do desonroso lugar que ocupa no ranking mundial de distribuição de renda —, o atual governo teve a primazia de promover a assunto de Estado o secular problema das agressões aos direitos da pessoa. Sob FHC, o Brasil foi o primeiro país a apresentar um Programa Nacional de Direitos Humanos, conforme o compromisso assumido na Conferência de Viena, em 1993. Além disso, Fernando Henrique criou a Secretaria Nacional de Direitos Humanos e fez passar a primeira lei que tipifica, como dizem os advogados, o crime de tortura. Mas a



**A defesa do bem-estar das pessoas vale mais do que as suscetibilidades dos governantes**

zanga presidencial sugere que o que está em jogo, para ele, é uma questão de princípios — e não se o relatório é justo ou injusto com o Brasil —, como se lavrasse um protesto, dizendo que uma agência oficial americana (ou de qualquer outro país) não tem o direito de se pronunciar sobre problemas brasileiros, até porque o Itamaraty tampouco se arroga a prerrogativa de pôr o dedo nas feridas alheias.

Se é disso que se trata, devagar com o andor. Antes de mais nada, porque os perseguidos pela ditadura militar no Brasil, entre eles o professor Cardoso, contavam com as pressões internacionais, oficiais ou não, ostensivas ou não; para ao menos baixar a voltagem do tratamento dispensado aos adversários do regime nos porões da represão. Com sua já respeitável rede global de contatos acadêmicos, FHC há de ter feito a sua parte para alimentar tais pressões — ou, como diriam os generais, para "denegrir a imagem do Brasil". E não consta que ele tenha ficado estomagado quando o presidente Jimmy Carter trouxe ao Brasil sua bandeira de direitos humanos, em 1978, e foi entrevistar-se com dom Paulo Evaristo Arns, além de outras personalidades indigestas aos militares.

Por aquela época, o Congresso dos Estados Unidos aprovara a lei que obriga o Departamento de Estado a preparar todo ano um relatório informando a quantas andam os direitos humanos no mundo. Hoje em dia, como bem sabe Fernando Henrique, esses relatórios costumam espelhar mais fielmente os vãvãs da cultura política americana e o sobe-e-desce dos diferentes grupos de pressão na hierarquia de Washington do que a letra fina da realidade dos paí-

ses avaliados. Quem os redige está mais preocupado em dizer as coisas politicamente corretas para certas parcelas do público local do que em "se ingerir" na vida de terceiros com a intenção de influenciar seus "assuntos internos". Quando a Casa Branca tem efetivo interesse em mudar comportamentos onde quer que seja, tende a recorrer a instrumentos de pressão um tanto mais contundentes.

É onde entra a proverbial pergunta do jornalista russo sobre os "negros no Alabama", adaptada às relações internacionais: que credenciais tem Washington para julgar a ficha de qualquer país em matéria de direitos humanos, se, apesar das críticas públicas de Clinton, trata a Argélia a maior ditadura do planeta, a República Popular da China? A questão, porém, é retórica. A flexibilidade moral está para a política externa dos Estados Unidos como a torta de maçã para o paladar americano. Eis uma razão adicional para que um líder lido e vivido como Fernando Henrique não precisasse responder com inesperada dureza à indagação sobre o subitamente mal vindo relatório do Departamento de Estado. Ele poderia, quando lhe aprouvesse, comentar o mérito do que ali está dito, em vez de recorrer a um clichê que responde a naftalina.

Se, como todo chefe de Estado, FHC tem por obrigação defender a soberania nacional, ele tampouco desconhece que esse conceito está sendo reescrito — para o mal e para o bem — no mundo globalizado. Cada caso é um caso. A batotagem financeira que assombra o planeta é uma nova e maléfica forma de ingerência nos assuntos internos dos países. Na semana passada, Fernando Henrique voltou a insistir na necessidade de um acordo internacional para impedir que o capital especulativo, trafegando sem cessar pelos computadores e satélites de comunicação, derrube moedas, políticas econômicas e, eventualmente, governos. Tra-

ta-se, em outras palavras, de encontrar um ponto de equilíbrio entre a liberdade de movimentos concedida ao dinheiro e a autonomia própria dos Estados, uma das faces da soberania nacional.

No outro extremo — e de um ponto de vista provavelmente compartilhado pelo presidente brasileiro —, os movimentos transnacionais de defesa dos direitos humanos e de preservação do ambiente são novas e desejáveis intromissões na vida dos países. Para a ética política nascida dos horrores da 2ª Guerra, o genocídio dos muçulmanos na Bósnia, as matanças étnicas na África e, agora, o massacre perpetrado pelos fundamentalistas islâmicos na Argélia não são estritos "assuntos internos". O mesmo se aplica aos danos que um país pode causar à natureza e aos seres vivos, pela singela razão de que, para a biosfera, as fronteiras políticas nada significam. Não é pelo fato de os Estados Unidos serem a nação mais poluidora do mundo que se devem desconsiderar suas advertências, hipócritas, interesseiras ou genuínas, sobre a devastação ambiental alheia. E as pragmáticas preocupações francesas com a estabilidade política da Argélia não desqualificam as tentativas da Comunidade Européia de pôr fim às selvagerias que o governo local aparentemente não consegue controlar.

A televisão e a Internet não permitem ignorar o que se passa no quintal do vizinho, mesmo que se localize no outro lado do mundo. E o humanismo — a deradeira arma da civilização contra a barbárie — autoriza um país a dizer o que, a seu ver, outro faz de errado. Respeitados o direito de resposta, os tratados diplomáticos e os princípios da ação coletiva no plano internacional, a defesa do bem-estar das pessoas vale mais do que as suscetibilidades dos governantes e o poder dos Estados nacionais.

■ Luiz Weis é jornalista

E-mail: luizweis@uol.com.br